

---

# SER Social

QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL  
Brasília, v. 24, n. 50, janeiro a junho de 2022

---

## A questão social em contexto de crise e restauração neoconservadora do capitalismo<sup>1</sup>

*The social question in a context of crisis and  
neoconservative restoration of the capitalism*  
*La cuestión social em un contexto de crisis y restauración  
neoconservadora del capitalismo*

Maria Aparecida Milanez Cavalcante<sup>2</sup>  
<https://orcid.org/0000-0003-2886-1104>  
Solange Maria Teixeira<sup>3</sup>  
<https://orcid.org/0000-0002-8570-5311>

Recebido em: 07/07/2021

Aprovado em: 07/07/2021

---

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

2 Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutoranda em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: cida\_milanez@hotmail.com

3 Pós-Doutora em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutora em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora e pesquisadora dos Cursos de Graduação em Serviço Social e da Pós-Graduação em Políticas Públicas em nível de Doutorado e Mestrado da Universidade Federal do Piauí (UFPI, Teresina, Brasil). E-mail: solangemteixeira@hotmail.com

**Resumo:** Este texto apresenta reflexões sobre a questão social nas relações engendradas pelo capitalismo contemporâneo e pelas configurações assumidas no trabalho, que produzem novas expressões e desvios semânticos que as despolitizam. Debate o significado da questão social; as respostas dadas pelo Estado social na acumulação fordista/keynesiano; as estratégias de superação da crise estrutural do capital pelo neoliberalismo e as novas expressões da questão social; e os atuais desvios semânticos – atribuídos pela ofensiva neoliberal e pela restauração neoconservadora –, com vistas a despolitizá-la e com consequências para o trabalho social. Decorre de uma revisão de literatura na área de Serviço Social e afins. Os resultados apontam para uma intervenção social com base em uma ética da responsabilização, em que a expansão da lógica do capital e da concorrência atinge aos indivíduos, pensados como capital humano, com intenção integradora, da infância à velhice; de torná-los empresas de si mesmos, neutralizando as lutas de classes.

**Palavras-chave:** Questão social. Capitalismo contemporâneo. Neoconservadorismo. Desigualdades sociais.

**Abstract:** This text presents reflections about the social question in the relationships engendered by the contemporary capitalism and by the configurations assumed in the labor, which produce new expressions and semantic deviations which depoliticize them. It debates the meaning of the social question, the responses gave by the social State in the Fordist/ Keynesian accumulation; the strategies of overcoming the structural crisis of the capital by neoliberalism and the new expressions of the social question; and the current semantic deviations – attributed by the neoliberal offensive and by the neoconservative restoration –, with view to depoliticize it and with consequences for the social work. It stems from a literature review in the field of Social Work and alike. The results point out for a social intervention grounded on the ethics of accountability, in which the expansion of the logic of capital reaches to the individuals, thought as human capital, with integrative intent, from the childhood to the old age, of becoming them companies of themselves, neutralizing social class conflicts.

**Keywords:** Social question. Contemporary capitalism. Neoconservatism. Social inequality.

**Resumen:** Este texto presenta reflexiones sobre la cuestión social en las relaciones engendradas por el capitalismo contemporáneo y por las configuraciones asumidas en el trabajo, que producen nuevas expresiones y desviaciones semánticas que las despolitizan. Debate el significado de la cuestión social; las respuestas dadas por el Estado social en la acumulación fordista/keynesiana; las estrategias de superación de la crisis estructural del capital por el neoliberalismo y las nuevas expresiones de la cuestión social; y las actuales desviaciones semánticas – atribuidas por la ofensiva neoliberal y la restauración neoconservadora –, con miras a despolitizarla y con consecuencias para el trabajo social. Surge de una revisión bibliográfica en el campo del Trabajo Social y áreas afines. Los resultados apuntan a una intervención social basada en la ética de la responsabilización, en la que la expansión de la lógica del capital y de la competencia alcanza a los individuos, pensados como capital humano, con intención integradora, desde la infancia hasta la vejez, para convertirlos en empresas de sí mismos, neutralizando las luchas de clases.

**Palabras clave:** Cuestión social. Capitalismo contemporâneo. Neoconservadurismo. Desigualdades sociales.

## Introdução

A questão social sempre foi alvo da ofensiva burguesa, no sentido de dissociá-la das lutas de classes; da sua origem estrutural – decorrente do modo de funcionamento da sociedade burguesa –; do seu reconhecimento associado ao poder organizativo e reivindicativo da classe trabalhadora; da dívida social desta sociedade com seu enfrentamento e da responsabilidade do Estado na oferta de bens e serviços, mediante políticas públicas financiadas por toda a sociedade.

Mesmo na fase de ouro do capitalismo, do pacto de classes que gerou compromissos, pactuações de direitos e políticas públicas de alcance variados e diferenciados entre os países ocidentais, os desvios semânticos da questão social ocorriam nas modalidades individualizantes, psicologizantes e comportamentais de seu enfrentamento, nas legislações sociais como concessões, na perspectiva da integração, dentre outras. Todavia, esse pacto possibilitou reformas que ampliaram direitos, democratizaram a sociedade burguesa, com inúmeras formas de participação política e cidadã, ainda que limitadas à emancipação política, típica do reformismo.

Entretanto, com a crise estrutural do capital nos anos de 1970 e a restauração neoconservadora do capital de resposta às crises, tanto as refrações da questão social se alteraram com as mudanças no mundo do trabalho e a nova morfologia da classe que vive do trabalho, como a massificação da superexploração para o capitalismo, postas pelo novo modelo de acumulação e pela regulação social, não apenas para ampliar os superlucros, mas como ofensiva contra a classe trabalhadora, levamos a problematizar sobre as novas refrações da questão social, sobre a raiz explicativa delas e as novas estratégias para despolitizá-las.

Nessa perspectiva, o objetivo deste estudo é analisar as determinações e as novas expressões da questão social na atual etapa do capitalismo financeirizado, e, principalmente, discutir os desvios semânticos que essas expressões vêm sofrendo, em especial, no estágio da acumulação flexível financeirizada e neoliberal. A metodologia utilizada para atender aos objetivos propostos foi a da pesquisa qualitativa, com escolha intencional da literatura da área de Serviço Social e afins, com foco na tradição marxista, importante para a discussão da questão social, do trabalho e da lógica de funcionamento e crise do capitalismo, numa perspectiva crítica.

Para atender a esses objetivos, o artigo está estruturado em quatro partes principais. A primeira discute conceitualmente a questão social, especialmente a partir das contribuições de autores do Serviço Social, bem como a causa básica dela. A segunda tem por objetivo situar as respostas dadas à questão social pelo Estado “social” no modelo de acumulação fordista/keynesiano. A terceira aborda a crise estrutural do capitalismo, as saídas da crise, o novo modelo de acumulação e regulação social neoliberal e as novas expressões da questão social. A quarta discute os atuais desvios semânticos dados à questão social e as consequências disso para o trabalho social.

Este método de exposição dos resultados da pesquisa visou apresentar os fundamentos sobre o qual se parte para definir questão social, explicá-la, apontar algumas de suas manifestações atuais e os diferentes desvios semânticos em cada etapa do capitalismo, tanto na fase do capitalismo monopolista e de intervencionismo do Estado, como na atual fase denominada de financeirizada e neoliberal.

## Questão social e serviço social: aspectos conceituais

A questão social constitui objeto de trabalho do Serviço Social, entendida como o conjunto das desigualdades sociais engendradas pela relação capital/trabalho ou agudizadas na ordem do capital. Para sua compreensão analítica, partimos de alguns pressupostos já amplamente abordados na profissão, como as contribuições da Yamamoto (2001). Primeiro, a sua análise é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se numa arena de disputas entre projetos societários classistas. Segundo, ela é constitutiva das relações sociais capitalistas, decorrente do modo de estruturação dessas relações, e, portanto, não é uma anomia, disfunção, nem episódica e temporária.

O terceiro pressuposto é de que requer, no seu enfrentamento – por advir de problemas decorrentes das estruturas sociais, políticas e econômicas geradoras de desigualdades sociais –, responsabilidades coletivas, tanto do Estado, por gerir o fundo público na oferta de políticas públicas, quanto da sociedade, no seu financiamento. Já o quarto implica lutas, resistências e reivindicações na cena pública que trazem as necessidades sociais, mazelas e problemáticas para o debate, dando visibilidade política e pelo potencial de ameaças de convulsões sociais. E, quinto, suas manifestações ou expressões assumem perfis particulares nos diferentes estágios da sociedade capitalista, o que Harvey (1992) denomina de diferentes modelos de acumulação e regulação social.

Assim, “[...] a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado” (IAMAMOTO, 2001, p. 16), e expressa, segundo a autora, “[...] disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero (sexualidade), características étnico-raciais e formações regionais” (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Destacamos que, embora nem todas as desigualdades sociais manifestadas sejam decorrentes diretamente da relação capital/trabalho, como as das relações assimétricas de gênero e de etnia/raça, elas são agudizadas e reproduzidas em novas bases na ordem do capital, exponenciadas ao máximo nesta sociedade que se funda na exploração, na dominação e nas múltiplas formas de opressões.

Para Telles (1996, p. 85), “[...] a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos da eficiência da economia [...]”, portanto, são decorrentes das disparidades, das assimetrias, das hierarquias que reproduzem relações desiguais e desigualdades sociais diversas.

O Serviço Social que emerge na divisão social e técnica do trabalho – como profissão demandada pela sociedade para atuar sobre essas desigualdades sociais, na fase madura do capitalismo, etapa do monopolismo e de emersão do Estado intervencionista –, também acumula produções do conhecimento sobre este objeto de trabalho e de estudos, encontrando nas contribuições de Marx (2017) a raiz explicativa da questão social. Embora o autor não utilizasse a expressão, que é um desvio semântico desta sociedade para a questão operária e do pauperismo, ele discute e desvenda as leis desta sociedade, desnudando sua engrenagem de funcionamento.

A sociedade capitalista se funda sobre a exploração da força de trabalho, retirando o lucro da extração da mais-valia ou do sobretrabalho não pago, e o tempo socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho é reduzido para ampliação do sobretrabalho, que é apropriado pelo capitalista. Logo, as disparidades entre os ganhos do trabalho e do capital são decorrentes da socialização da produção, já que a maioria é proletarizada ou transformada em trabalhadores que vendem sua força de trabalho, mas a apropriação se dá em poucas mãos, ampliada pelos processos de centralização e concentração do capital.

As leis da acumulação e da concorrência intercapitalistas promovem o fenômeno da ampliação do capital morto (tecnologia, maquinaria) e da redução do capital variável, ou trabalho vivo empregável, criando, assim, os supérfluos para o capital, a superpopulação relativa, os excedentes do trabalho, mas essenciais no processo de pressão pelo emprego que promove aceitação dos salários e condições de trabalho postas aos que estão empregados. Essas massas excedentes, ou parte delas, compõem o pauperismo absoluto.

Assim, pobreza, miséria, precárias condições de existências são criadas socialmente e mediatizadas por condicionantes de gênero,

raça/etnia, que formam nós de interseções, ou imbricações por meio das quais são exponenciadas as disparidades e desigualdades sociais, pelo sexo e sexualidade, pela cor da pele, pela origem étnica, pela idade, dentre outros.

## **Formas de enfrentamento da questão social**

No capitalismo tardio ou maduro monopolista, as tensões entre as lutas da classe trabalhadora e o projeto de hegemonia do capital e de mundialização de suas influências deram origem às políticas públicas sociais, às pactuações em torno dos direitos trabalhistas e sociais, ampliando as políticas ancoradas na ideia de materialização de direitos de cidadania, de bem-estar social, cenário em que emergiu o Estado “social” capitalista<sup>4</sup>.

O aparente reconhecimento da dívida social para com as desigualdades sociais, o reconhecimento da questão social como problema estrutural e resultante de lutas e conquistas é relativizado e minimizado pelas estratégias de respostas do Estado às expressões da questão social. Primeiro, dissociar a questão social da luta de classes, despolitizá-la, travestindo-a pela lógica da integração, da concessão; segundo, respondendo com políticas setoriais, recortando os problemas, isolando-os, fragmentando-os em respostas isoladas; terceiro, criando um modelo de intervenção social ancorado na dimensão comportamental, atribuindo uma causa individual, comportamental dos indivíduos, culpabilizando-os, responsabilizando-os pelos problemas vividos.

Iamamoto (2001) coloca que as estratégias de enfrentamento à questão social, no capitalismo maduro, situaram-se nos âmbitos dos direitos humanos e sociais, das políticas sociais e do Estado social, que requer admitir a não ruptura com a ordem econômico-social estabelecida e que controla as esferas da reprodução, inclusive

---

4 Por Estado “social” compreende-se o que Mandel denomina de nova etapa em que o Estado capitalista assume novas funções, para além de criar as condições gerais para a reprodução do capital, também são acrescidas as funções de integração social, momento em que ele assume as dimensões da acumulação e legitimação da ordem, próprias do capitalismo tardio. O que denomina de integrar as classes dominadas e difundir a ideologia da classe dominante, mantendo a coesão e consenso em torno da ordem. Esse Estado “social” criou a ilusão da redistribuição, da proteção social universalista, que são “estágios preliminares do desenvolvimento de um reformismo cujo fim lógico é um programa completo para a estabilização efetiva da economia capitalista e de seus níveis de lucro” (MANDEL, 1982, p. 339).

do trabalho profissional dos assistentes sociais. Esta zona de limite situa o lugar da regulação social dentro da ordem capitalista, que admite a emancipação política, mas não consegue alcançar a esfera da emancipação humana (MARX, 2009), reinstituindo a necessária reprodução da força de trabalho humana, outorgada pelos mecanismos do direito burguês, que, em última instância, reproduz os interesses da ordem burguesa.

Assim, a forma de ser do capital, para a garantia da acumulação como motor da sua própria história, que se realiza com a exploração e a expropriação do trabalho, não perde sua essência com meras ações ou mecanismos de regulação, que são apenas aperfeiçoamentos para correção de seus defeitos estruturais – processo integrador realizado pelo Estado, por meio da organização, inovação e controle sob formas mistificadoras de uma estrutura já determinada.

Para Mézáros (2009), a função do Estado moderno, enquanto estrutura política, está em corrigir e ajustar os parâmetros estruturais do capital, por meio da regulação social, e atuar sobre as crises a que este está sujeito, em seus processos de acumulação permanente.

Ele deve sempre ajustar suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico, complementando politicamente e reforçando a dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar as imensas desigualdades na distribuição e no consumo. (MÉSZÁROS, 2009, p. 110).

As lutas sociais – ainda que progressistas, a exemplo da social-democracia, pelos pactos realizados com o Estado capitalista, e, portanto, com a própria classe burguesa, para fins da reprodução e dos direitos do trabalho –, reconstituem-se por mecanismos de reformas que se ajustem aos mecanismos corretivos, imperativos de regulação das crises estruturais do capital. Os direitos do trabalho – como “o salário” –, vistos como conquistas de lutas sociais, e as políticas sociais universalistas possuem a função, em primeira mão, da reprodução da classe trabalhadora e dos que, ao processo produtivo, não estão integrados como força de trabalho, em decorrência do pacto de classes realizado para a ampliação do processo de acumulação com legislação ampla de proteção social.



Para Bidet (2013), o Estado “social” pôde existir devido às intensas lutas de classes, desiguais, é verdade, e com limites estritamente nacionais. O que coloca na agenda o desafio das lutas sociais, numa dimensão de classe articulada mundialmente, demandada a organizar-se considerando a lógica de estrutura e controle do capitalismo contemporâneo, que se mostra mais expansivo, centralizador e pela “[...] recomposição da classe dominante no nível do Estado-mundo” (BIDET, 2013, p. 55).

Entretanto, esse período pode ser caracterizado como reformista, que possibilitou conquistas civilizatórias dentro das margens do capitalismo e do pacto de classe. Mas, no atual cenário, os direitos trabalhistas e sociais colidem com os interesses do grande capital industrial reestruturado, da hegemonia do capital financeiro internacional ou das grandes corporações supranacionais, dando origem a uma era de barbárie social e de contrarreformas excludentes, limitadoras de acessos aos bens e serviços públicos pela população, o que favorece o processo de privatização, mercantilização e (re)familiarização da proteção social.

Na atual etapa do capitalismo, com o novo modelo de acumulação e de regulação social, que emerge desde a crise de 1970, novas expressões da questão social são observadas em função das transformações no mundo do trabalho, decorrentes das saídas da crise, da reestruturação do capital industrial e do avanço da financeirização da economia mundial e das “reformas” neoliberais, bem como novas respostas são geradas e estratégias de deslocamentos semânticos da questão social

## **Crise capitalista e novas expressões da questão social**

O esgotamento do padrão de acumulação do capital fordismo/keynesianismo produziu efeitos nefastos para a organização da sociedade salarial nos países desenvolvidos, avançando sobre as conquistas de parcela da classe assalariada, organizada em torno de pactos pelos direitos ao trabalho e reprodução de sua própria força de trabalho, possível pelo momento de expansão da acumulação. Esse fenômeno favoreceu as saídas da crise e ofensivas contra a classe trabalhadora, além da busca de superar suas aniquilações e garantir o retorno a taxas de lucros extraordinárias, eliminando os compromissos

com o salariado operário, negociadas em “[...] relações triangulares entre empregadores, assalariados e instituições sociais” (CASTEL, 2015, p. 485).

Assim, como já defendia Marx (2017), a composição orgânica do capital, ou do processo de produção do valor, está imbricado pela relação entre capital constante e capital variável, sendo esta uma mediação para entendermos os mecanismos pelos quais o capital busca as saídas para o enfrentamento de seus defeitos estruturais. Com as crises, o trabalho passa a ser alvo principal de dois tipos de redução de custos: “[...] trata-se de minimizar o preço da força de trabalho e, ao mesmo tempo, maximizar sua eficácia produtiva” (CASTEL, 2010, p. 289).

A intensificação e a diversificação dos mecanismos de funcionamento da lógica que sustenta o capitalismo ficam evidentes em momento posterior às crises, que lhes são inerentes e localizadas, especificamente na fase de recessão do ciclo econômico, manifestando as contradições do modo de produção capitalista em sua dialética e unidade. As crises do capitalismo nada mais são do que os limites que a sua própria forma de ser impõe, expressa pela necessidade infinita de acumulação, e o estancamento das possibilidades presentes de valorização e de manutenção/expansão da taxa de lucros. Sua forma clássica se expressa, sintomaticamente, pela redução das taxas de lucro e superprodução/superacumulação de capital, sendo estas as características assumidas pela crise dos anos de 1970. As consequências e a reação, nesta e na década seguinte, foram a “[...] redução da produção e do investimento, aliada ao aumento da inflação e do desemprego” (CARCANHOLO, 2010, p. 3), com o crescimento exponencial da superpopulação relativa com o desemprego de longa duração, estrutural, condição para impor a aceitação das novas condições de trabalho flexíveis e desregulamentadas.

As respostas dadas pelo capital, como forma de superação dessa etapa de acumulação em crise, confirmou o que Carcanholo (2010) denomina de capitalismo contemporâneo, que tem como estrutura de regulação: a implementação de reformas neoliberais na periferia do capitalismo, com vistas à transferência de recursos via expropriações do território, do trabalho e dos direitos, da periferia para o centro; a expansão do mercado para escoamento de capital sobranante articulado à liberalização do comércio mundial para a constituição de

novos espaços de valorização. O que confirma a tese: “[...] *o sistema do capital é orientado para a expansão e movido pela acumulação*” (MÉSZÁROS, 2009, p. 100, grifos do autor).

Para Carcanholo (2010), a resposta para a crise dos anos de 1970 avança na década seguinte e se consolida nos anos 1990, com a hegemonia política e ideológica do neoliberalismo na entrada do século XXI, sendo marcado pela regulação político-econômica e pelo processo de reestruturação produtiva para a recuperação da acumulação de capital, qual seja: “(i) recuperação da lucratividade dos investimentos; (ii) redução do tempo de rotação do capital; (iii) transferência de recursos da periferia; e (iv) expansão dos mercados para fronteiras além do centro da acumulação mundial” (CARCANHOLO, 2008, p. 252).

A acumulação flexível, ancorada no processo de mundialização e globalização e na regulação neoliberal, impõe mudanças substantivas ao mundo do trabalho, como a expansão do desemprego; novas relações de trabalho, flexíveis e precarizadas; ampliação das desigualdades sociais e da pobreza, denominada de “nova pobreza”, considerando que, em etapas anteriores, esses trabalhadores estavam incluídos na sociedade salarial e perdem seus postos de trabalho, buscam ocupações ocasionais e informais para sobreviver.

Essa nova morfologia do trabalho precarizado, seja nas indústrias, no comércio ou no setor de serviços submete os trabalhadores a situações de superexploração, aliada à ampliação da pobreza, seja relativa ou absoluta, e os levam a não conseguirem meios de prover sua subsistência e de suas famílias, constituindo as novas expressões da questão social, com substrato na relação capital/trabalho, mas agora com menor poder de oposição de massa pelos que vivem da venda de sua força de trabalho.

Esses processos são expressos pelas novas formas de precarização do trabalho requeridas pelo capitalismo como estratégia de garantir seus superlucros, tanto pela ampliação do desemprego, decorrente da substituição de trabalho vivo pelo maquinário informacional-digital, quanto pelo que Antunes (2018) chama de escravidão digital do século XXI, com “[...] o advento e a expansão monumental do novo proletariado da era digital, cujos trabalhos, mais ou menos

intermitentes, mais ou menos constantes, ganham novo impulso com as TICs, que conectam, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho” (ANTUNES, 2018, p. 30).

A renovação desse processo tem impactado em uma massa de trabalhadores ativos, especialmente jovens, movendo-os pela economia política das necessidades do capital de produzir e expropriar valor, o que revela as contradições do capitalismo, segmentando a classe trabalhadora, mas também avançando para a desvalorização e a precarização de todas as esferas de produção e circulação, desde o mais manual ao intelectualizado, expressa em países periféricos e centrais, pela migração daqueles com capacitação pós-graduada que não encontram emprego em seus países, ou pela imigração de um contingente de grupos sociais que, ao não serem integrados ao mercado de trabalho formal nos países de destino, passam a compor os “[...] bolsões de trabalhadores sobrantes, descartáveis, subempregados e desempregados” (ANTUNES, 2018, p. 31).

Essa primeira expressão da questão social – trabalhadores qualificados desempregados –, ajuda a entender que as análises das políticas públicas de inserção no mercado de trabalho, pela perspectiva da (in)eficácia, mostram seus limites interpretativos, com desvios semânticos, para entender que as novas expressões da questão social recaem sobre os grupos diversos de trabalhadores, em que mesmo os qualificados passam a compor o segundo grupo descrito, por não encontrarem inserção ou, quando a encontram, por serem submetidos antecipadamente pela competitividade e seguidamente pela urgência de aceitar formas de reprodução precarizadas.

Confirmam, assim, a tese de que para entender a questão social, na contemporaneidade, é preciso buscar as lógicas renovadas – na economia, na política e na ideologia – que o capital constitui para apropriar-se de valor não pago, atuante por meio de formas desestruturantes e desregulamentadoras, que tiram do trabalho seu potencial concreto, capaz de produzir bens socialmente úteis e de construir a emancipação humana.

O capitalismo contemporâneo, financeirizado, flexível, mundializado e neoliberal vai se desenhando em três décadas de reformas neoliberais no mundo ocidental, e resulta na ampla hegemonia do capital financeiro e da financeirização mundial, com

novos processos de concentração e centralização do capital e ampliação das desigualdades sociais em escala global, retomada das taxas de lucros sem a devida recuperação do desenvolvimento social, antes, ao contrário, em detrimento deste e sobre o desmantelamento da proteção social pública, subtração de direitos sociais e trabalhistas.

A crise de 2008 reside no paradoxo factual de que o capital fictício não produz excedente, porém, vive uma busca incessante por nichos de valorização para a apropriação de mais-valia. Assim, ao tornar-se hegemônico e buscar excedentes de mais-valor, nos juros dos investimentos, na falsa ou fictícia valorização com auxílio da especulação, na compra de ações e dívidas, impõem as novas modalidades de contratação e ocupação do trabalho, precarizado e terceirizado, e amplia massivamente a superpopulação relativa, especialmente os que vivem do trabalho informal, sem direitos trabalhistas, que avança com os processos de desindustrialização e desemprego massivo nos países centrais, com maior intensidade nos países periféricos.

É importante notar que ocorre, também, um deslocamento das frações de capital da esfera da produção para a esfera da autonomização relativa da lógica de apropriação na circulação, ou seja, acumulação sem a produção de mais-valia ou excedente – única forma de constituição do capital. Para Carcanholo (2010, p. 6), “[...] essa autonomização da lógica da apropriação é, no entanto, meramente relativa. A cobrança da impossibilidade de autonomização absoluta é feita justamente, pelas crises”, além da relação orgânica e complementar de produção, circulação e financeirização.

Para a superação de suas crises e dar legitimidade às propostas de saída destas, o capital demanda novas regulações sociais, necessidades políticas e ideológicas com fim último de esconder as iniquidades que produz; e a estrutura política do Estado cumpre este fim. Sua forma de controle atua para a garantia da coesão e da unidade, não somente por meio do controle direto e repressivo exercido pelo Estado às classes assalariadas, mas sua função integradora posta pelos aparelhos ideológicos, e que se movem, com relativa independência, nos diferentes níveis de relações sociais aparentes – do patrão com o empregado; da burocracia estatal com o direito burguês; da escola em sua pedagogia etc. – como ideias preestabelecidas e supostamente

comensuradas, de liberdade que conforma a lógica do capital, pensada e vivida por uma competição racionalmente saudável, e, no seu limite, exercida pela violência política no processo de produção (HARVEY, 2005), ao considerar formas manifestas de colonialismo e imperialismo dos novos tempos.

A grande virada neoliberal, segundo Dardot e Laval (2016), ocorreu a partir da pós-crise de 2008, em que o neoliberalismo se difunde não apenas como política econômica ou ideologia, mas como uma nova normatividade que gera práticas e subjetividades ancoradas na concorrência, na competição, na mercantilização. Trata-se de uma enorme e renovada superestrutura jurídica, política, ideológica e cultural do capitalismo financeiro e flexível.

A restauração neodireitista do capitalismo atual, ao qual se somam o neoliberalismo econômico e os neoconservadorismos políticos e sociais, ancorado em valores tradicionais de família patriarcal, propriedade privada, meritocracia, trabalho reparador de caráter, patriotismo, dentre outros, avança desde os anos 1980 e ganha novas dimensões pós-crise de 2008.

Essa estrutura ideológica neoliberal produz novos desvios semânticos na expressão questão social, para legitimar valores neoconservadores e novas formas de compreender e atuar sobre a questão social, com impacto nas profissões, em especial, no Serviço Social e outras profissões que desenvolvem o trabalho social, com demandas conservadoras postas pelas instituições.

### **Neoliberalismo e desafios semânticos da questão social**

Os deslocamentos realizados com a política ideológica neoliberal produziram efeitos sobre a generalização de respostas à questão social com políticas focalizadas, seletivas, de transferência de renda com condicionalidades, ancoradas no capital humano, no empoderamento, no empreendedorismo, na gestão dos riscos que guarda relação direta com os desvios semânticos dados à questão social e com os novos objetivos dessas políticas, ou seja, da liberdade de escolher, “[...] introduzir dispositivos de mercado e estímulos mercantis ou

quase mercantis, para conseguir que os indivíduos se tornem ativos, empreendedores, ‘protagonistas de suas escolhas’, arrojados” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 224).

Desde os anos 1980 a estratégia neoliberal tem sido a de redirecionar a noção de questão social, desconectá-la da sua gênese comum, a luta de classes, da relação capital/trabalho, dos processos estruturais contraditórios que geram desigualdades sociais, da sua dimensão de totalidade. Para isso, o ataque ao Estado “social” foi central, com críticas aos seus custos, à sua burocratização, ao desperdício, à falta de competitividade e de opção de escolhas dos indivíduos. Mas são também críticas morais de que as políticas sociais geram preguiça, ócio, desamor ao trabalho, indivíduos sem responsabilidades, famílias sem deveres para com seus entes, não valorizam o mérito, o esforço que dignifica o homem.

A concepção de questão social para os liberais tendia a ser classificada como compaixão aos pobres ou preocupação com as insurgências sociais, a restauração de suas bases ideopolíticas no movimento neodireitista e neoliberal busca a eliminação da consciência de sociedade, o assalto ao social, e, no lugar deste, construir a consciência apenas de “[...] indivíduos e famílias orientados pelo mercado e pela moral [...]” (BROWN, 2019, p. 19). Para a autora, este movimento elimina o poder político, as lutas políticas, levantando a depreciação do Estado “social”, e das subjetividades nas condições de classe, gênero e raça, sob o argumento da defesa da liberdade, que, arrancada do social, e exercida de forma ilimitada não deposita preocupação com as consequências e desigualdades sociais.

O primeiro corolário dessa crítica é negar a dívida da sociedade para com os problemas sociais, perspectiva criticada por retirar a responsabilidade dos indivíduos pelos seus atos; a segunda é a individualização e a responsabilização dos indivíduos, que assumem novas dimensões, em que doenças, desemprego, “marginalidade”, “falta de educação”, de “oportunidades” são vistas como problemas individuais decorrentes da falta de planejamento e de gestão do risco por parte dos indivíduos.

A solução neodireitista é a supressão do *Welfare State*, das políticas desmercadorizantes e desfamiliarizantes, universalistas, e recuperar a solidariedade entre parentes, vizinhos, comunidades,

responsabilização dos indivíduos e resgate da honra, do orgulho, dos deveres. Como destacam Dardot e Laval (2016, p. 213), “[...] responsabilizar o indivíduo é responsabilizar a família [...]”, minando a solidariedade que dá origem às políticas sociais como direitos de cidadania.

Isso impõe a intervenção social baseada numa pedagogia ou ética da responsabilização, da gestão dos riscos, da autorregulação. A expansão da lógica do capital atinge os indivíduos, pensados como capital humano, que têm de investir, da infância à velhice, na empresa de si mesmo – pessoas e famílias vulneráveis não têm apenas problemas, mas, sim, capacidades, ativos a serem potencializados pelas políticas de equidade, que também devem incentivar a autonomia, o empoderamento para desenvolver seres ativos.

Como ressaltam Dardot e Laval (2016), foi necessário para a difusão e o padrão de intervenção social, tanto a luta ideológica como os mecanismos de coerção, postos pelas contrarreformas da seguridade social, pela criação de dispositivos de imposição que obrigam os indivíduos a governarem a si mesmos sob a pressão da competição, segundo os princípios do cálculo maximizador e da lógica da valorização do capital.

As máximas de privatização, mercantilização e familismo compõem as estratégias neoliberais para difundir a mercantilização das relações sociais, para produzir práticas e subjetividades e operam para deslegitimar a proteção social estatal/pública, pela liberdade sem coerção e pelo direito de discriminar, de ser politicamente incorreto, como reivindicado pela extrema direita no mundo. Para os neoliberais, a justiça social ataca a justiça (formal e igual para todos), a liberdade e o desenvolvimento civilizacional garantidos pelo mercado e moral tradicional.

A grande virada neoliberal interpela a pensar a implementação das estratégias neoliberais, tanto pelas direitas quanto pelas esquerdas modernas, com a finalidade do desmantelamento do Estado “social” nos países avançados, e com repercussões mais graves para a classe trabalhadora, nos países periféricos, considerada a relação de dependência na economia política, que sempre teve efeitos catastróficos sobre as imensas refrações da questão social, numa sociedade de bases escravista, patriarcal e de superexploração da força de trabalho.



As estratégias tomadas pressionam para que os indivíduos sejam integrados ao reino da competição, elemento estruturante da nova economia política do capitalismo, não somente com o objetivo de maior produção, mas também pela busca da incorporação do indivíduo, despido da roupa de classe que o determina historicamente, e coberto por características racionalizantes, necessárias ao funcionamento de si mesmo como empresa capitalista. A competição que esconde a natureza antagonista de classe, como se todos os grupos disciplinados agissem em função de interesses ético-morais de uma única classe, tem como consequência a produção de discursos e práticas que objetivam eliminar os antagonismos de classes, neutralizando, por consequência, as lutas de classes.

## Conclusão

Os discursos que impulsionavam práticas emancipatórias – por meio da teoria-política marxista, fundamentados em “O Capital” e em outras produções do autor, bem como o reformismo da política de compromissos, típicos da social-democracia, e as esquerdas modernas –, entraram em esgotamento, resultante das derrotas que vieram com o fim do socialismo real, da alteração das correlações de forças entre capital e trabalho no cenário mundial e com a ofensiva do capital contra o trabalho e seu potencial emancipatório.

O trabalho, na nova razão de ser do capital, ganha discursos ético-morais capazes de deslocarem sua razão de classe para a razão de indivíduo. Têm sido reproduzidos discursos sobre o trabalho como um veículo de realização dos desejos, que admite sua compreensão alinhada à ideia da liberdade e da autonomia, atributos funcionais ao ser neoliberal. O resultado é que ocorre o deslocamento do trabalho como produção de valor, para o indivíduo que busca provar seu próprio valor, movido pela competição, pela potencialização do seu capital humano, pelo aprimoramento com vistas a transformar-se em um sujeito mais eficaz e responsável por si mesmo.

Esses novos atributos têm como fim o deslocamento dos efeitos que o antagonismo de classes produz sobre a questão social, produzindo-o no campo da correlação de forças sociopolíticas, para o discurso da individualização dos riscos/problemas da sociedade protagonizados pelos setores conservadores renovados.

A restauração neoconservadora do capital exponencia as refrações da questão social, ao promover mudanças no mundo do trabalho, que instituem e legalizam o trabalho precarizado, terceirizado, intermitente, pejotizado, uberizado, temporário, parcial, informal, e amplia as massas de sobrantes, importantes para o processo de aceitação das atuais formas de contratos e condições de trabalho. Essa fragmentação da classe trabalhadora despolitiza, traz regressão nas lutas que não saem da dimensão corporativa, ampliam os sobrantes, o trabalho informal sem direitos, a pobreza e a miséria e, com elas, todas as formas de violências.

Nesse contexto de ofensiva neoliberal, as desigualdades sociais são naturalizadas, tomadas como necessárias para a competição, a inovação, o empreendedorismo, transmutando problemas sociais em problemas individuais e atualizando formas de intervenção social neoconservadoras, ancoradas na responsabilização individual e familiar.

Mais do que nunca, precisamos fortalecer o Projeto Ético-Político do Serviço Social<sup>5</sup>, defendê-lo, tê-lo como horizonte do trabalho e da formação profissional, como resposta contrária ao avanço do neoconservadorismo e da nova direita.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIDET, Jaques. A estrutura das classes e de partido na longa sociedade moderna. *In*: AMORIM, Henrique (Org.). **Classes e lutas de classes**: novos questionamentos. São Paulo: Annablume, 2013, p. 47-61.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

---

5 O projeto profissional, segundo Netto (1999, p.07) “envolve uma série de componentes distintos: uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas etc.”, que no caso da profissão de Serviço Social se renova desde os anos de 1980, contra o conservadorismo e afirmação da perspectiva crítica, expresso no Código de Ética de 1986, aperfeiçoado e consolidado com o de 1993, Diretrizes Curriculares e Lei que regulamenta a profissão, que são os principais a expressar essa direção, tendo como horizonte um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crise econômica atual: e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. **Aurora**, Marília (SP), v. 3, n. 2, p. 1-10, ago. 2010. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1226>. Acesso em: 13 maio. 2021.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Revista Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, mai./ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/R3DpCGtLmtpBvjDx63vPD6f/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 1 abr. 2021.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 12. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2015.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília: ABEPSS, ano 2, n. 3, p. 9-32, jan/jun. 2001.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os economistas).

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política; Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília, 1999.

TELLES, Vera da Silva. Questão social: afinal, do que se trata? **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n. 4, p. 85-95, out-nov. 1996. Disponível em: [http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v10n04/v10n04\\_10.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v10n04/v10n04_10.pdf). Acesso em: 4 jun. 2021.

**O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.**

**Maria Aparecida Milanez Cavalcante é bolsista Demanda Social, nível doutorado, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).**